



## INCLUSÃO E GOVERNAMENTALIDADE NUM MUNDO ANIMADO DE DIFERENÇAS

**Fabrizio Luis Haas**  
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense  
fabriciohaas@gmail.com

A pesquisa dedica-se ao campo de estudo formado por animações e desenhos animados. Sua relevância se dá por sua crescente participação no mercado de produções audiovisuais e por sua força como ferramenta pedagógica, capazes de imbricar dispositivos que efetuem a governamentalidade, ou seja, exercem poder sobre os indivíduos. Os objetivos dessa investigação passam pelos seguintes pontos: entender de que modo os desenhos animados e as animações produzem formas de ver e compreender as diferenças. Além disso, discutir como podem se constituir como pedagogias na relação com a diferença e como estabelecem uma política da inclusão das diferenças e quais as estratégias de governo da diferença postas em funcionamento.

As análises da pesquisa orientam-se através de um panorama teórico-metodológico inspirado em Foucault (1979, 1985, 2001, 2008), a partir de conceitos importantes como poder, *população*, *biopolítica*, *biopoder* e *governamentalidade*. Apoiado em Silva (2000), este estudo entende a diferença como produzida socialmente e que as animações são um campo interessante para essa pesquisa. Por outro lado, há também o diálogo com as proposições de Veiga-Neto (2001), percebendo as animações como ferramentas de inclusão e normalização da diferença. O debate em torno da diferença e das noções sobre o ‘outro’ também é qualificado com as contribuições de Gallo (2012) e Duschatzky e Skliar (2001).

Além dos conceitos já citados como importantes nessa pesquisa, o conceito de inclusão é problematizado dentro da racionalidade tematizada por Foucault, onde a inclusão é tratada como estratégia de diminuição de risco social (VEIGA-NETO; LOPES, 2007). É de interesse dessa pesquisa a articulação dos conceitos de diferença e governamentalidade, entendendo o processo de inclusão, escolar ou não, como um processo de governo da diferença. Por essa razão, a pesquisa busca responder a algumas questões: de que modo a diferença é tratada pelas animações? Como os desenhos animados e animações produzem formas de ver e compreender as diferenças? Quais as estratégias de governo da diferença postas em funcionamento?

Veiga-Neto e Lopes (2007), afirmam que o tema da inclusão é candente e difícil dentro das discussões sobre educação, no Brasil. Destacam que o ato de se discutir a inclusão é uma oportunidade de se problematizar várias questões sociais, culturais e pedagógicas que, de outro modo, poderiam não ser consideradas ou nem mesmo vistas como problemáticas. A ótica que adotam problematiza as políticas de inclusão e procuram fazer uma importante distinção entre diferença e diversidade. Dizem eles, sobre as políticas de inclusão que tratam a diferença como diversidade: “Com isso, elas defendem a inclusão do diferente, entendendo-o como um ‘único estranho’, um exótico, um portador de algo que os outros, normais, não possuem” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 949).

Sobre a questão da diferença, Duschatzky e Skliar (2001) apresentam três versões discursivas sobre o outro. A primeira enquadra “o outro como fonte de todo o mal”, onde

haveria a sua demonização, imergindo e sujeitando esse numa identidade fixa, centrada, homogênea e estável. A segunda enquadra os ‘outros como sujeitos plenos de uma marca cultural’, partindo do pressuposto de que cada cultura é harmoniosa, equilibrada e auto-satisfatória. A última formatação percebe o ‘outro como alguém a tolerar’, uma posição também criticada pelos autores, pois a tolerância debilita as diferenças discursivas e mascara as desigualdades. Assim como Silva (2000) e Gallo (2012), os autores também criticam o multiculturalismo:

“O caráter paradoxal do multiculturalismo é o de fazer a Modernidade cair em sua própria armadilha, ao reclamar dela o que a ela deve. A Modernidade cai assim presa de si mesma” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 129).

Delimito, organizo e articulo reflexões teórico-metodológicas a partir dos conceitos de *poder* e *governamentalidade*, apreendidos de Foucault. Proponho-me a subverter olhares e pontos de vista, estabelecendo articulações teórico-metodológicas que permitam essa subversão. Ao dedicar-me ao estudo de animações, tê-las como a materialidade de minha pesquisa e debruçar-me sobre a diferença e entendê-la como objeto de estudo, firmo o primeiro passo na direção de novos pontos de vista não perspectivados. As animações digitais e os desenhos animados são materialidade dessa pesquisa, enfatizo sua relevância crescente no mercado de produções audiovisuais e as problematizo como ferramentas pedagógicas capazes de imbricar dispositivos que efetuem a governamentalidade, ou seja, estabelecem relações de poder com os indivíduos.

Nesse sentido, a perspectiva teórica adotada nessa pesquisa não pretende realizar uma crítica ideológica dos desenhos animados, pois neste caso estaria partindo do pressuposto de que há uma verdade, e que os desenhos produzidos poderiam “distorcer” essa realidade verdadeira. Nas palavras de Foucault estão as razões pelas quais não se utiliza uma vertente ideológica nessa investigação:

“A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente

como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1979, P. 7).

O movimento teórico dialoga com os estudos foucaultianos, pós-modernos e/ou pós-estruturalistas. Este movimento é tenso, dinâmico e está em curso, modificando a percepção das questões sociológicas, filosóficas e de como estas novas teorizações modificam o modo de se ver o campo da educação.

A partir dessa compreensão, o objetivo dessa pesquisa não é buscar “algo escondido” dentro das tramas, algo que esteja atrás de um véu que nubla o que é visto e mascara as “reais intenções” do que é dito. Inspirado pelos estudos foucaultianos, é fundamental discutir de que modo a diferença é incluída nos desenhos/animações. Problematizar de que modo são capazes de educar não pela opressão, mas pelo poder que seduz e diz sim. Uma pedagogia que não é ideológica, mas que faz – da liberdade dada aos indivíduos – pontos de partida para que se autogovernem, para que policiem suas condutas e que os façam emergir como uma população que deseja ser governada.

Quando se lança um olhar analítico sobre os desenhos animados e as animações, quando se pensa nelas como ferramentas capazes de produzirem subjetividades, o debate pode ser melhor entendido com o que diz Hillesheim (2008), sobre a literatura infantil:

“Ao descrever famílias (relações estabelecidas entre homens, mulheres e crianças), a literatura infantil produz os sujeitos de quem fala: pais e mães suficientemente bons, filhos/as bem cuidados/as, filhos/as abandonados/as, relações estáveis, pais e mães casados / separados / solteiros / heterossexuais / homossexuais / promíscuos / monogâmicos / transexuais, lares estruturados, lares desestruturados, pais e mães presentes / ausentes” (HILLESHEIM, 2008, p. 89).

Ao afirmarmos o caráter social, cultural e histórico da produção das diferenças, podemos também perceber que as políticas de inclusão são ferramentas de normalização, de determinação do que seja normal ou anormal. Segundo Silva (2000),

“a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA, 2000, p. 83).

Ao propor uma pesquisa sobre animações e percebê-las como peças culturais envoltas em estratégias de poder e de governamentalidade, procura se levar a uma costura teórica, dentro dos estudos em educação, para outros horizontes, borrando fronteiras e caminhando em sua linha limítrofe.

Dentro da delimitação de materialidade, é necessário especificar ainda mais: a produção de animações é extensa e variada, sendo impossível e desnecessário pesquisar uma gama muito grande delas. Por essa razão, pretende-se selecionar, para essa pesquisa, as produções realizadas do ano de 2000 para cá. Mas isso ainda torna o universo de pesquisa ainda muito amplo. É preciso realizar um recorte que reduza o número de animações que serão pesquisadas e analisadas. O critério parte de uma sondagem nas locadoras de vídeo de Venâncio Aires. Assim, uma consulta aos atendentes dessas locadoras identificará, através do sistema de monitoramento e controle de locações, quais as animações mais locadas nesses estabelecimentos comerciais. Isso já permite ter um recorte mais específico, esboçado na popularidade e no sucesso que as animações têm junto aos expectadores.

Uma sondagem preliminar, realizada no início de 2014, junto às videolocadoras, apontou alguns títulos dentro desse critério de seleção: “A era do gelo 3” (2009), “Meu malvado favorito” (2010), “Monstros S. A.” (2001) e “Os Smurfs” (2011). Este é um modo possível de delimitar quais as animações e/ou desenhos animados para a realização dessa pesquisa. As animações acima citadas constituem uma excelente materialidade, permitindo interessantes análises. Mas este não é um critério fechado, que impeça a escolha de outros desenhos e animações que não estejam na lista dos mais locados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DUSCHATZKY, Sílvia. SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.) *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder I*. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I*. 8ª Ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FOUCAULT, M. Os anormais: curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. (aula de 22/01/75).

FOUCAULT, M. Segurança. Território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (aula de 25/01/78).

GALLO, Sílvio. Cuidado, alteridade e diferença: desafios éticos para a educação. In: PAGNI, Pedro Angelo, BUENO, Sinésio Ferraz, GELAMO, Rodrigo Pelloso (Orgs). *Biopolítica, arte de viver e educação* – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_.(org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para Excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.) *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo e LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.